
O “NÓS PROPOMOS”: PLATAFORMA PONTENCIAL PARA A VIABILIZAÇÃO DA AGENDA 2030 NO TOCANTINS, BRASIL

THE “WE PROPOSE”: POTENTIAL PLATFORM FOR THE FEASIBILITY OF THE 2030 AGENDA IN TOCANTINS, BRAZIL

Maria da Vitoria Costa e Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-1753-3311>

<http://lattes.cnpq.br/103644831333767>

Tatiana de Oliveira Sousa²

<https://orcid.org/0000-0003-3005-3544>

<http://lattes.cnpq.br/3075215999884189>

Sandra Franklin Rocha Viana³

<https://orcid.org/0000-0002-0915-1687>

<http://lattes.cnpq.br/4136241667394589>

Recebido em: 25 de setembro de 2020

Aprovado em: 14 de dezembro de 2020

RESUMO: Este estudo buscou examinar se o projeto “Nós Propomos”, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade Lisboa – Portugal, pode se constituir em uma plataforma de viabilização da Agenda 2030 no Tocantins. A metodologia qualitativa, além da análise de conectivos teóricos interdisciplinares, passou pela observação do trabalho de extensão da Universidade Federal do Tocantins, que tem aplicado essa proposta no âmbito das escolas públicas de ensino médio no município de Palmas, capital do Tocantins. Os resultados evidenciaram que o projeto “Nós Propomos” pode ser um mecanismo potencial à viabilização da Agenda 2030 no Estado. A conclusão foi que a extensão universitária, ao trabalhar o “Nós Propomos” nas escolas públicas, pode aproximar os jovens das comunidades locais e estimular a participação democrática à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Tocantins.

Palavras-chave: pesquisa e extensão; educação participativa e sustentabilidade.

ABSTRACT: This study sought to examine whether the “We Propose” project, from the Institute of Geography and Spatial Planning of the University Lisbon – Portugal, can be

¹ Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT) e Colaboradora da Universidade Federal do Tocantins nos projetos Palmas Participa, Nós Propomos e Cidade e Meio Ambiente: Estudo ampliado em Perspectiva Interdisciplinar. E-mail: mavits@gmail.com.

² Mestra em Desenvolvimento Regional (UFT), Membro do Projeto de Extensão Palmas Participa e Membro Voluntário do Projeto de Extensão Nós Propomos da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: tatyanaoliveira-sousa@gmail.com.

³ Mestra em Ciências do Ambiente. Professora vinculada à Secretaria da Educação Juventude e Esportes do Estado do Tocantins. Colabora do Projeto Nós Propomos da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: sandrafranklin2008@gmail.com.

a platform for making the Agenda 2030 viable in Tocantins. The qualitative methodology, in addition to the analysis of interdisciplinary theoretical connectives, included the observation of the extension work at the Federal University of Tocantins, which has applied this proposal in the context of public high schools in the city of Palmas, capital of Tocantins. The results showed that the “We Propose” project may be a potential mechanism for making the 2030 Agenda feasible in the State. The conclusion was that the university extension when working with “We Propose” in public schools can bring young people closer to local communities and encourage democratic participation to achieve the objectives of sustainable development in Tocantins.

KEYWORDS: research and extension; participatory education and sustainability.

INTRODUÇÃO

O atual contexto de crises políticas, econômicas, sociais e ambientais, que se agravaram em 2020 com o cenário de pandemia ocasionado pela Covid-19, requer que o mundo repense novas estratégias de urbanização, vivências comunitárias, articulações políticas e econômicas globais, o que perpassa por investimentos na educação que se proponham ao desenvolvimento sustentável.

A Organização das Nações Unidas, antes da pandemia de Covid-19, preocupada com o atual estado de crise, já havia lançado um plano de ação com vistas à erradicação da pobreza, à proteção do planeta, à garantia da dignidade da pessoa humana, intitulado Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Os 17 objetivos da Agenda 2030, que serão tratados neste estudo, representam mais uma medida para a otimização da governança e da gestão pública a repensar novas estratégias que respeitem a concretização do desenvolvimento econômico, político e social e que sejam projetadas para a preservação ambiental e para a dignidade da pessoa humana, para além das visões restritas do desenvolvimento moderno focado no crescimento econômico “neoliberal biopolítico” e de exclusão social.

No Tocantins, as parcerias estabelecidas entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (SEDUC/TO) e o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade Lisboa – Portugal (IGOT/UL/PT), ocorridas em 2015/2016, possibilitaram a implantação e a execução do projeto “Nós Propomos” em algumas escolas de ensino médio do Estado, especialmente no município de Palmas, capital do Tocantins.

O projeto “Nós Propomos”, de origem portuguesa, foi criado pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL) nos anos de 2011 e 2012 (BAZOLLI *et al.* 2017, p. 13 - 14).

O idealizador desse projeto em Portugal, professor João Claudino (BAZOLLI *et al.*, 2017, p. 104-106), enfatiza que no 11º ano da disciplina Geografia do Ensino Secundário/Médio é obrigatória a realização do estudo de caso voltado à resolução de problemas regionais e, neste ponto, o “Nós Propomos” tem contribuído para estimular as escolas a realizar o estudo de caso voltado às melhorias dos problemas socioambientais locais e, por contar com o apoio do Ministério de Educação, o projeto tem se expandido para outras instituições de ensino, a exemplo de sua implementação entre crianças do 1º ciclo do Ensino Básico e nas universidades portuguesa, passando de 400 alunos e professores em 2011/2012, para 2000 alunos e professores em 2016/2017.

Atualmente, segundo Claudino (2019), o projeto “Nós Propomos” está presente no Brasil (DESDE 2014), Espanha (2016), Moçambique (2017), Colômbia (2018), Peru (2018) e México (2018).

Assim, o presente estudo buscou examinar se o projeto “Nós Propomos” pode se constituir em uma plataforma de viabilização da Agenda 2030 no Tocantins tendo em vista que o mesmo se projeta ao despertar o protagonismo de alunos e professores para a participação social e a melhoria dos serviços locais. Portanto, a premissa preliminar partiu da seguinte assertiva: o projeto “Nós Propomos” pode ser um mecanismo viabilizador dos objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável no Tocantins.

A metodologia qualitativa perpassou pela análise do trabalho de extensão da UFT na implementação do projeto “Nós Propomos” no Tocantins, tendo como recorte os anos de 2017 e 2018, bem como o exame da compatibilidade desse trabalho de extensão com os eixos principais da Agenda 2030, ancorada numa visão interdisciplinar.

Nesse sentido, o caminho metodológico alicerçou-se na pesquisa-ação. Para David Tripp (2005) “[a] pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos”.

A opção por esse caminho metodológico ocorreu a partir do trabalho voluntário realizado pelas autoras na Universidade Federal do Tocantins, em 2017 e 2018, o que oportunizou o acompanhamento e a colaboração nas atividades desenvolvidas pelo projeto no âmbito de algumas escolas públicas de ensino médio do município de Palmas – TO.

No âmbito da UFT, o coordenador do projeto à época, professor João Aparecido Bazolli, promoveu palestras, debates com alunos dos cursos de graduação em direito, arquitetura e urbanismo, expandindo os diálogos ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT.

Tudo isso, oportunizou a adesão de alguns graduandos e pós-graduandos ao projeto, a exemplo das autoras, que colaboram, desde, 2017, com as ações do projeto “Nós Propomos” no Tocantins.

1 A IMPORTÂNCIA DAS INDISSOCIABILIDADES ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E SUA REPERCUSSÃO NO NÓS PROPOMOS

Em estudos anteriores feitos sobre o projeto “Nós Propomos”, foi possível evidenciar que a extensão universitária, ao experimentar novas ferramentas participativas não formais, pode se constituir num veículo indutor à cidadania e possibilitar o desenvolvimento de novos mecanismos de inserção dos jovens nos debates sobre o direito à cidade, permitindo que eles sejam protagonistas na construção de plataformas inovadoras para a eficiência dos serviços públicos locais (BAZOLLI *et al.*, 2017 e 2020).

No Brasil, o legislador constituinte avançou nesse intuito com a aprovação da Lei Federal de nº 10.257 (BRASIL, 2001), denominada Estatuto da Cidade, que propõe a gestão democrática, atribuindo à população e às associações representativas dos vários segmentos o direito a participar da formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Importante ressaltar que, embora a população tenha consciência de que as cidades brasilei-

ras estejam passando por importantes transformações, ainda existem forças conservadoras e detentoras do poder econômico que resistem a mudanças inovadoras e à conexão entre os planejamentos vertical e horizontal visando à eficiência do desenvolvimento de cidades mais acolhedoras e sustentáveis que oportunizem a qualidade de vida e o bem-estar de todos em espaços urbanos humanizados (BAZOLLI *et al.*, 2017, p. 47).

Como contributo ao exercício da extensão universitária no Brasil, o art. 207 da Constituição Federal de 1988 estabelece que as universidades, além de gozarem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, também devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esse princípio autoriza o protagonismo da universidade para ir além do ensino curricular e ultrapassar os muros universitários para uma gestão educacional e científica de proximidade com a sociedade, de forma a enaltecer o aprendizado entre a teoria e a prática, estimulando, por consequência, a participação social e o fomento de redes de cooperação entre atores locais como universidades, escolas, poderes legislativos e executivos municipais, associações locais e empresas em prol de um desenvolvimento regional sustentável (BAZOLLI *et al.*, 2017, p. 31).

Na mesma lógica, a Lei nº 9.394/96, ao estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, dispõe que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, ou seja, a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (art. 1º *caput* e § 2º).

Ao reforçar essa disposição, o art. 2º ressalta que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Finaliza ainda que o ensino será ministrado com base nos princípios da valorização da experiência extraescolar e da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (art. 3º).

À luz desses fundamentos, infere-se que a extensão universitária tem respaldo constitucional e legal. Porém, no âmbito da Universidade Federal do Tocantins, como esse processo se concretiza na prática, especialmente nas escolas públicas e na comunidade?

Nesse sentido, o enfoque desta pesquisa examina o papel da extensão universitária na Universidade Federal do Tocantins (UFT) à frente das ações do projeto “Nós Propomos”, uma parceria firmada entre a UFT e a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (SEDUC/TO), que visa a estimular a participação de jovens estudantes na vida comunitária de forma a permitir possível intervenção desses atores sociais para a melhoria e a eficiência dos serviços locais.

O procedimento a orientar as atividades ocorridas no espaço escolar e comunitário consta de manual do “Nós Propomos” (BAZOLLI *et al.*, 2018).

No âmbito das escolas, os alunos de ensino médio, após o conhecimento do projeto e orientações repassadas por professores e acadêmicos da UFT, formam grupos de trabalho coordenados por professores voluntários.

Após as instruções iniciais, os grupos de estudantes partem para o trabalho de campo com o objetivo de identificar possíveis deficiências dos serviços públicos. Nessa aproximação com a sociedade, os grupos de trabalho consultam e discutem com a comunidade escolar e local os problemas urbanos que afligem os moradores, que serão objeto de estudo na pesquisa do grupo.

Esse contato do aluno pesquisador com a população local auxilia a elaboração de diagnósticos e o mapeamento dos pontos nevralgicos e primordiais da comunidade a serem trabalhados e estudados nas rodas de palestras, reuniões de trabalho, seminários realizados nas próprias escolas ou na universidade e/ou pela coordenação e equipe técnica do projeto.

Tudo isso contribui para que os estudantes possam, ao final das pesquisas, concluir os trabalhos com proposta de melhoria para as políticas públicas locais.

Com a elaboração de seus pré-projetos, os estudantes apresentam o resultado de suas pesquisas em eventos acadêmicos e feiras de negócios realizadas no município de Palmas, capital do Tocantins. Ao final, os alunos expõem o trabalho no seminário estadual anual do “Nós Propomos” com soluções de melhoria para as políticas públicas, ocasião em que são selecionadas as melhores propostas que podem ser apresentadas aos gestores municipais, com vistas à otimização dos serviços públicos da comunidade.

Esse processo revela a importância da extensão universitária e das atividades do “Nós Propomos” por mais participação democrática de jovens estudantes para a eficiência dos serviços públicos, da gestão e da governança municipal.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, consta o resumo dos projetos desenvolvidos pelos alunos das escolas públicas de ensino médio no município de Palmas que aderiram ao projeto em 2017 e 2018.

Nas Tabelas 1 e 2 estão identificados os temas expostos pelos estudantes do município de Palmas nos eventos do “Nós Propomos” em 2017 e 2018 com a indicação da política pública reivindicada objetivando a qualidade de vida nas comunidades locais.

Os temas abordados pelos alunos na Tabela 1 revelam a importância das práticas educacionais para a formação e a qualidade da educação do futuro, principalmente por despertar na juventude a consciência cidadã e a possibilidade de atuar como protagonista para a melhoria dos serviços comunitários.

Em 2017, participaram diretamente do Projeto 45 (quarenta e cinco) alunos em Palmas, com repercussão interna nas escolas participantes, que atingiram, indiretamente, mais de 500 (quinhentos) alunos.

Tabela 1: Temas apresentados no II Seminário “Nós propomos” (2017).

TEMA	IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA
1. Hidrata Palmas	Colégio Estadual Dom Alano
2. Sinalização horizontal e vertical da quadra 806 Sul	CEM Tiradentes
3. Pavimentação e iluminação pública da viela da quadra 806 Sul	CEM Tiradentes
4. Limitações aos direitos de mobilidade urbana da pessoa com deficiência	CEM Tiradentes
5. Acessibilidade nos arredores do Colégio São José	Colégio Estadual São José
6. Casa de passagem viver com alegria	CEM Santa Rita
7. Segurança pública comunitária	Escola Estadual Liberdade
8. Inclusão digital e profissional	Escola Estadual Liberdade
9. Praça da juventude, mais lazer e cultura, mais vida.	CEM Castro Alves

Fonte: Bazolli et al. (2020).

Na Tabela 2, encontram-se os principais temas dos projetos apresentados pelos alunos de ensino médio das escolas públicas de Palmas no III Seminário do projeto “Nós Propomos”, ocorrido em 2018.

Tabela 2: Temas apresentados no III Seminário “Nós propomos” (2018).

TEMA	IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA
1. Uma praça em minha vida: proposta de mudança na Praça Brasília, no Bairro Aurenny I, Palmas.	Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia
2. Iluminar	Colégio Estadual Dom Alano Marie du Noday
3. Horta de escambo	Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia
4. Tocando em frente	Escola Estadual Liberdade
5. Reativação e restituição da associação comunitária do cidadão do Bairro Aurenny I	Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia
6. Lixo no lugar certo	Colégio Estadual São José
7. Criação da Praça da Quadra 407 Norte	Centro de Ensino Médio Castro Alves
8. Hidrata Palmas	Colégio Estadual Dom Alano Marie du Noday
9. Centro de assistência à mulher	Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia

Fonte: Fonte: Blogspot Nós Propomos.

Disponível em http://nospropomos.blogspot.com/p/blog-page_12.html, acesso em 15 set. 2020.

Como se pode observar das tabelas 1 e 2, os problemas sociais identificados pelos estudantes nas suas comunidades que precisam de atenção do gestor público não são diferentes das críticas já apontadas em noticiários dos meios de comunicação a respeito das principais deficiências das políticas públicas no Brasil.

Esse contexto revela a necessidade da escuta social e a importância da conexão entre o planejamento vertical e horizontal para a otimização dos serviços públicos locais e a racionalização dos recursos orçamentários que são limitados.

Ressalta-se, ainda, que cada trabalho apresentado pelos alunos do ensino médio de Palmas foi acompanhado de projeto básico a respeito da política pública reivindicada pela comunidade.

Diante da parceria estabelecida entre a Universidade Federal do Tocantins e a Secretaria de Educação para a consecução do projeto “Nós Propomos” foi possível evidenciar ser o respectivo projeto um mecanismo indutor à participação social e à eficiência de espaços urbanos humanizados e sustentáveis (BAZOLLI *et al.*, 2017).

Na mesma lógica, merece registro, a exemplo de resultado prático do projeto “Nós Propomos” no Tocantins, a revitalização do prédio público do Centro Comunitário de Idosos, que passou a se chamar “Viver com Alegria”, localizado no Jardim Aurenny I, no município de Palmas, Tocantins (BAZOLLI *et al.*, 2019).

Essa ação resultou da proposta de intervenção vencedora do concurso promovido no II Seminário Estadual “Nós Propomos” ocorrido em 2017, apresentada pelos jovens do Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia, tendo como referência a identificação de uma faixa da população Idosa vulnerável que precisava de apoio e assistência comunitária (BAZOLLI *et al.*, 2019).

Nesse sentido, na Tabela 3, encontra-se o resumo do projeto vencedor do respectivo certame, elaborado pelos estudantes Daniel Ribeiro Costa, Lucas Cunha Borges, Mikelle Souza de Almeida, Samara Bezerra da Silva e Wádla Rufino dos Santos, orientados pela professora Meirian Lopes de Sousa, do Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia, município de Palmas.

O que nos chamou atenção nessa proposta foram os fundamentos apresentados pelos estudantes no evento do “Nós Propomos” que conclamaram os gestores públicos, principalmente o Poder Executivo, a desenvolver novos mecanismos para a efetivação das normas constitucionais e da legislação brasileira que protegem a dignidade dos idosos, pois esse grupo requer atenção prioritária dos poderes locais com vistas ao amplo acesso ao direito à cidade e

a ambientes urbanos humanizados que lhes ofertem o lazer e o bem-estar.

Tabela 3: Casa de passagem viver com alegria.

Problema identificado
A falta de espaço público para lazer de idosos.
Objetivo Geral
Criar uma Casa de Passagem - Viver com Alegria - para promoção da qualidade de vida aos idosos em situação de vulnerabilidade social, tendo como proposta um trabalho multidisciplinar que busque amparar psicossocialmente os idosos pela exposição de seus direitos e garantias para que se sintam inseridos na sociedade.
Ação de pesquisa
Realização de entrevistas como método de coleta de dados; Estudo de referencial teórico sobre o tema; Visita de campo com o objetivo de instigar um olhar crítico para a realidade que nos cerca e, principalmente, compreender que a paisagem visualizada é resultado de relações sociais, políticas e econômicas, que não se manifestam concretamente; e Promoção de palestras ministradas pelos alunos mestrands e graduandos da UFT ao grupo de trabalho como capacitação técnica.
Estratégias
Apresentação do protótipo de projeto elaborado pelo grupo de trabalho ao poder público, mostrando a viabilidade da proposta a baixo custo; e Promover atividades de lazer no local para chamar a atenção das autoridades locais.
Sugestões práticas
Solicitar a reforma desse espaço indicado pelo grupo de trabalho por meio de convênio com o poder público, universidades e iniciativa privada; Readequação deste espaço para criação de espaços para os quartos, refeitório e um local multiuso; Estabelecimento de uma equipe de cuidadores para operação da casa de passagem; e Restabelecimento da dignidade da pessoa humana, obediência ao Estatuto do Idoso, promoção do desenvolvimento humano e a garantia das liberdades.

Fonte: Bazolli et al. (2020).

Essa proposta, ao mostrar os principais fatores que impactavam de forma negativa a qualidade de vida dos idosos no Areny I e apontar solução de melhoria para um espaço comunitário de idoso mais humanizado dentro do conceito de tecnologia social, chamou atenção da Fundação Alphaville de São Paulo, que mostrou interesse em apoiar e financiar a revitalização nos termos propostos pelos estudantes (BAZOLLI *et al.*, 2019).

Assim, em 2018, por meio da parceria colaborativa entre a Universidade Federal do Tocantins, os estudantes (idealizadores do projeto), os moradores locais e a Fundação Alphaville, após quatro meses de trabalho, revitalizaram o espaço de idosos no Setor Areny em Palmas, beneficiando diretamente mais de 400 idosos com uma programação de ações socializadoras, inclusive com a integração da juventude local (BAZOLLI *et al.*, 2019).

A revitalização do espaço para idosos representa a primeira ação do “Nós Propomos”, que concretizou uma proposta apresentada por estudantes do ensino médio de Palmas, Tocantins, demonstrando ser possível a viabilização de novos espaços humanizados de convívio social pela interlocução entre escola, comunidade, universidade e iniciativa pública ou privada.

Com os olhos postos em direção à reinvenção da educação cidadã, projetada no sentido do conhecimento crítico e proativo para a qualidade de vida em sintonia com um meio ambiente equilibrado, as ações do “Nós Propomos” evidenciam constituir um veículo potencial para despertar na juventude a consciência da responsabilidade sustentável.

Retornando à questão norteadora central deste estudo, indaga-se: o projeto “Nós Propomos” pode se constituir em uma plataforma de viabilização da Agenda 2030 no Tocantins?

Essa questão nos leva a fazer uma rápida retrospectiva histórica para antes compreender o que sejam o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030.

Assim, em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela primeira-ministra da Noruega Gro Harlem

Brundtland, com o objetivo de estudar os problemas globais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, que resultou no lançamento da “agenda global para a mudança”, cujo trabalho redundou, em 1987, no relatório intitulado *Nosso futuro comum*, chamado também de *Relatório Brundtland*. (BOFF, 2015, p. 34; e DIAS, 2015, p. 107).

Leonardo Boff ressalta que:

Aí aparece claramente a expressão “desenvolvimento sustentável”, definido como “*aquela que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações*”. Esta definição se tornou clássica e se impôs em quase toda a literatura a respeito do tema. (2015, p. 34). (Grifos do autor).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável consiste em um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientam os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros com o propósito de criar mecanismos ao desenvolvimento sustentável sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

No ano de 2012, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável na cidade do Rio de Janeiro (RIO+20), cujos temas centrais foram: (i) uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e (ii) o quadro institucional para desenvolvimento sustentável. Esse evento gerou o documento “O futuro que queremos” e, ao final, foi proposta a formação de um grupo de trabalho para a elaboração dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que teriam como meta o ano de 2030 (DIAS, 2015).

Na sequência, em 2015, mais de 150 líderes mundiais, reunidos na sede da ONU, em Nova York, aprovaram a agenda de desenvolvimento sustentável, formada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para serem efetivados por todos os países membros, até 2030.

Nas lições de Munck (2013, p.43), com base em Souza (2010, p. 35), existe diferenciação entre os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, pois enquanto a sustentabilidade consiste na capacidade de manter algo em movimento, o desenvolvimento sustentável diz respeito aos processos integrativos que buscam o balanceamento dinâmico de um sistema complexo em longo prazo. No caso, à luz das lições de Munck e Souza (2009), “o DS e a sustentabilidade buscam os mesmos objetivos, mas o DS deve ser considerado o modelo de desenvolvimento que promove a sustentabilidade”. (MUNCK, 2013, p. 3).

Na Tabela 4, estão descritos os 17 Objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que trata de um “plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”⁴.

Assim, esses objetivos devem fazer parte do planejamento estratégico e da previsão orçamentária de cada município, cuja implementação requer a participação da sociedade, pois a população local é sabedora de suas reais necessidades e pode colaborar com os gestores públicos para o planejamento e execução dos serviços essenciais à comunidade.

⁴ BRASIL, Nações Unidas. **Nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://na-coesunidas.org>, acesso em 15 set. 2020.

Tabela 4: Objetivos da Agenda 2030.

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: BRASIL, Nações Unidas (2020).

Na Tabela 5, evidencia-se que todas as propostas apresentadas pelos alunos das escolas públicas de Palmas nas ações do “Nós Propomos” estão conectadas com alguns dos objetivos da Agenda 2030.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes demonstraram a preocupação com o direito à cidade, o desenvolvimento de espaços urbanos humanizados e sustentáveis às presentes e futuras gerações.

Infer-se, portanto, que o projeto “Nós Propomos” trata-se de um mecanismo eficaz e potencializador do despertar da consciência cidadã de jovens estudantes, podendo funcionar como veículo transversal na educação para a consecução dos objetivos da Agenda 2030 no Tocantins.

Tabela 5: Conexão das propostas apresentadas por alunos de ensino médio do Nós Propomos Tocantins com os Objetivos da Agenda 2030.

TEMAS	IDENTIFICAÇÃO COM OS OBJETIVOS DA AGENDA 2030
1. Hidrata Palmas	6, 13, 14, 17
2. Sinalização horizontal e vertical da quadra 806 Sul	3, 9, 11
3. Pavimentação e iluminação pública da viela da quadra 806 Sul	3, 9, 7 e 11
4. Evitar limitações aos direitos de mobilidade urbana da pessoa com deficiência	7, 9, 11, 16
5. Acessibilidade nos arredores do Colégio São José	3, 4, 7, 9, 11, 16
6. Casa de passagem viver com alegria	3, 16
7. Segurança pública comunitária	1, 3, 16
8. Inclusão digital e profissional	4, 8
9. Praça da juventude, mais lazer e cultura, mais vida.	3, 4, 7, 9, 11, 16
10. Uma praça em minha vida: proposta de mudança na Praça Brasília, no Bairro Aurenny I, Palmas.	3, 4, 7, 9, 11, 16
11. Iluminar	3, 9, 7, 11
12. Horta de escambo	1, 2
13. Tocando em frente	1, 2, 14, 15, 16, 17
14. Reativação e restituição da associação comunitária do cidadão do Bairro Aurenny I	3, 16
15. Lixo no lugar certo	12, 13, 14, 15, 17
16. Criação da praça da Quadra 407 Norte	3, 9, 7 e 11
17. Centro de assistência à mulher	5, 8, 10

Fonte: As autoras.

Com isso, foi possível constatar que a consecução da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável no Tocantins pode contar com as interfaces do projeto “Nós Propomos” que, executado por estudantes das escolas públicas do Estado, pode fomentar a participação social ao desenvolvimento sustentável dos municípios tocantinenses.

A esse respeito, importante trazer algumas contribuições teóricas interdisciplinares para reforçar o presente estudo.

Para Amartya Sen (2010, p. 16-17), é preciso pensar o desenvolvimento como liberdade que consiste numa ação que torne os sujeitos protagonistas para a vida em comunidade, que sejam influenciados ou estimulados às oportunidades econômicas, políticas e sociais que lhes possibilitem a inclusão nos serviços públicos essenciais à vida com dignidade, que garantam a qualidade da saúde pública, da educação cidadã, ao lazer, o direito a cidades humanizadas.

O enfoque nas liberdades humanas sob essa ótica contrasta com visões mais restritivas de que o desenvolvimento se concentra apenas no aspecto neoliberal, como as visões que identificam o desenvolvimento só com foco na economia, na industrialização, nos avanços tecnológicos ou na modernização para a centralização de riquezas para uma pequena parcela da sociedade. Isto significa negação a liberdades elementares a uma parcela considerável da população, especialmente dos grupos carentes de recursos econômicos que vivem, muitas vezes, em pleno estado de “vida nua” (AGAMBEN, 2002).

Alerta Amartya Sen que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEM, 2010, P. 16-17).

Nesses termos, o desenvolvimento como liberdade possibilita ao ser humano reinventar-se em prol de um mundo melhor e sustentável para a geração presente e para as futuras.

A arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, ao estudar os problemas urbanos nas favelas das grandes cidades brasileiras, destaca que “[o] desconhecimento da cidade real facilita a implementação de políticas regressivas carregadas de simbologia”, mas “[o] conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a ação”. Daí, ser importante a concretização de uma ação pedagógica sobre o reconhecimento da cidade real, em especial da “cidade oculta” (2013, p. 186).

A recuperação e a valorização dos sistemas alternativos de produção via participação democrática fomentam a reconstrução de novas formas de possibilidades à vida comunitária, para além da relação de subalternidade (SANTOS, 2002, p. 254).

Segundo Morin (2001, pp. 47-61), o século XXI recomenda mudanças no cenário educacional, ou seja, a educação terá necessidade de se reinventar pensando no homem do futuro (universal, globalizado e hiperativo) ser capaz de modificar o processo de ensino-aprendizagem e ter enfoque no ensino da condição humana, movido pela razão, afetividade e a emoção. A formação dos jovens estudantes deve perpassar pelo conhecimento teórico e prático.

Esse percurso deve ser livre no campo das ideias de forma a permitir que a esfera pública seja capaz de promover as mudanças urbanas ao bem comum. É neste contexto que o “cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação à sua pátria, o que supõe nele o enraizamento de sua identidade nacional”. (MORIN, 2003, pp. 63).

Tornarem-se sujeitos de direitos implica também o respeito aos saberes e fazeres, sendo pela incorporação das experiências vividas em tempos e espaços diferentes, para que seja possível se pensar na concretização dos princípios da solidariedade e da responsabilidade, da pluralidade e da participação democrática (Morin, 2011).

Jussara (2017), com base em Lefebvre (2001), revela que “[o] direito à cidade se concretiza em uma sociedade organizada em outras bases, que não capitalista”. Assim, infere-se que: “[o] direito à cidade congrega em si o direito à liberdade, à individualização na socialização, o direito ao habitat e ao habitar, o direito a participar da construção da cidade, bem como o direito de apropriação do produto construído”.

Para Lefebvre, esclarece Jussara (2017), o direito à cidade é o direito à vida urbana e a tudo o que ela pode representar como local de encontros e de trocas, ao passo que a vida e os empregos permitem o uso pleno e completo desses momentos e locais.

Com isso, negar o acesso a uma educação de qualidade que deve se reinventar para atender as novas exigências modernas, bem como negar a participação democrática de jovens nas políticas públicas de interesse coletivo é reforçar a morte da própria democracia.

Nas lições de Levitsky e Ziblatt (2018, p. 15) as democracias podem morrer não mais pelas mãos de generais, mas de líderes eleitos que subvertem o próprio processo que os levou ao poder.

Nessa lógica, a educação transforma quando possibilita a vida em comunidade com liberdade de pensar, de dialogar, de zelar e cuidar da cidade, de planejar, executar e fiscalizar as políticas públicas locais, de construir plataformas que otimizem a participação democrática e o desenvolvimento sustentável para a presente e futuras gerações.

É nesse sentido que devemos projetar nossas pesquisas científicas com a intenção da reconstrução de um Estado Democrático de Direito mais participativo, humanizado e sustentável.

À luz desses fundamentos, conclui-se que a extensão universitária ao trabalhar o “Nós Propomos” nas escolas públicas pode aproximar os jovens das comunidades locais e estimular a participação democrática à consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Tocantins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho constatou ser a extensão universitária um veículo de interlocução entre estudantes, comunidade e poderes públicos locais, que pode contribuir para a promoção da democracia participativa.

Verificou-se também a confirmação da hipótese lançada na introdução deste estudo de que: o projeto “Nós Propomos” pode ser um mecanismo viabilizador dos objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável no Tocantins.

Nesse passo, importante registrar, à luz dos conectivos teóricos interdisciplinares analisados, que o desenvolvimento como liberdade perpassa pelas práticas democráticas de desenvolvimento econômico, político e social sustentável que potencializam o processo de inclusão social, preservação dos direitos humanos, espaços urbanos organizados e meio ambiente equilibrado.

Por fim, a proposta que se lança para as futuras edições do “Nós Propomos” repousa na necessidade de sua difusão às escolas municipais, às faculdades privadas, aos movimentos so-

ciais organizados, às comunidades quilombolas, às comunidades indígenas, às demais instituições públicas e privadas para que todos, juntos, possam trabalhar o planejamento participativo no Estado do Tocantins por mais qualidade e eficiência das políticas públicas e espaços urbanos humanizados e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer. O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- BAZOLLI, J.A; SILVA, Maria da Vitoria Costa e; VIANA, Sandra Franklin Rocha. (Coords.). **Manual Nós propomos**. Disponível em: <http://nospropomos.blogs.pot.com.br/2017/12/nospropomos-lanca-manual-para-orientar.html?m=1>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BAZOLLI, J.A; NUNES, Sérgio Claudino L.; SILVA, Maria da Vitoria Costa e; VIANA, Sandra Franklin Rocha e SILVA, Wainesten Camargo. (Coords.). **A extensão universitária como indutora à cidadania: a experiência do “Nós propomos”**. Palmas: EDUFT, 2017.
- BAZOLLI, J. A.; OLIVEIRA, Mariela Cristina Ayres de; SOUSA, Tatyana Oliveira (Coords.). **O papel da extensão universitária como indutora da participação social**: Palmas Participa! Palmas: EDUFT, 2017.
- BAZZOLI, João A. (Coord.). **Relatório de extensão do Projeto Nós Propomos – 3ª Edição 2018**. DIAS, Rafael Macêdo; ANTERO, Karen Gonçalves de Araújo. (Org.). Universidade Federal do Tocantins (UFT). Curso de Direito. Palmas: UFT, 2019. 73 p.
- BAZOLLI, J. A.; SILVA, Maria da Vitoria da Costa e; SOUSA, Tatyana Oliveira. **Extensão universitária de participação social não formal**: contribuição de estudantes do ensino médio. Cadernos de Pesquisa. Cadernos de Pesquisa (UFMA). São Luís, v. 27, n. 1, jan./mar., 2020.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 4ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BRASIL, Nações Unidas. **Nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org>. Acesso em 15 set. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8 set. 2020.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Org. do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).
- _____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 8 set. 2020.
- CLAUDINO, Sérgio, BAZOLLI, *et al.* (Orgs.). **Geografia, educação e cidadania**. Lisboa: Ed. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2019.
- DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: origens e fundamentos, educação e governança global, modelo de desenvolvimento**. São Paulo: editora Atlas, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato

- Aguiar. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução Catarina Eleonora F. da Silva & Jeanne Sawaya. 4. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF:UNESCO, 2001.
- _____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reforma o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina; 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. B. Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise. *IN Gestão e Sociedade*, v. 3, n. 6, 2009, p. 254-287.
- MUNCK, Luciano. **Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
- SANCHES, Jussara Romero. **O direito à cidade**. *Revista do Direito Público*, Londrina, v. 12, n. 1, p.318-321, abr. 2017. DOI: 10.5433/24122-107817-1X.2017v17n1p318. ISSN: 1980-511X.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Edição 63. Editora: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2002, p. 237-280.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOUZA, R. B. **O alinhamento entre sustentabilidade e competências em contexto organizacional**. 2010. 199f. Dissertação (Mestrado em administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá (UEM)/Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina: 2010.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 31, n. 3, p. 443-466, Dec. 2005 .